



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Faculdade de Direito

EMENTAS – OPTATIVAS (9º e 10º períodos) – 1º/2024

MATUTINO

ATUALIDADES EM DIREITO INTERNACIONAL

“ATUALIDADES EM DIREITO INTERNACIONAL” tem por objetivo o estudo do Direito Internacional Público e Privado na contemporaneidade, sob as perspectivas teórica e prática, desde as múltiplas relações entre Estados, incluindo temas como guerra, terrorismo, globalização, proteção da pessoa humana e do meio ambiente, até questões práticas envolvendo o conflito de leis no espaço, a arbitragem e os contratos internacionais. Para tanto, serão oferecidas ferramentas teóricas para a compreensão dos institutos e temas estudados, além de sua abordagem prática, com a análise do funcionamento de Cortes Internacionais, como TPI, CIJ, Corte IDH e Corte Europeia de Direitos Humanos, e Cortes e Tribunais Arbitrais, entre outros.

COMBATE À IMPROBIDADE E À CORRUPÇÃO, NO CONTEXTO DO DIREITO BRASILEIRO

com esta disciplina se pretende estudar a proteção jurídica da probidade dentro e fora da Administração Pública. RESPONSABILIZAÇÕES DAS LEIS 8.429/92 (LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA), 12.846/13 (LEI ANTICORRUPÇÃO), e 14.133 (LEI GERAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS).

CONSTITUIÇÃO E DIREITO À SAÚDE

Os direitos sociais. O direito à saúde. O contexto da pandemia. A crise sanitária. Princípios constitucionais e direito à saúde. Federalismo cooperativo e direito à saúde. O Sistema Único de Saúde. o Funcionamento do SUS.

CONTRATOS - TECNOLOGIA E LGPD - RESPONSABILIDADE

A matéria ofertada versa sobre: Contexto social e global; Direito do Consumidor e proteção contratual; Contratos Regulados e contratos eletrônicos; Responsabilidade Civil nas relações de consumo ; Direito do Consumidor na Lei Geral de Proteção de Dados; Regime jurídico da Oferta e



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Faculdade de Direito

da Publicidade e a defesa do consumidor; Redes Sociais como meio de difusão de publicidade; Práticas Abusivas ; Inteligência Artificial – Uso indiscriminado – transparência em rede – direitos do consumidor e responsabilidade do fornecedor na utilização da inteligência artificial; Atuação de entidades Civis para Proteção do Consumidor; Atuação do MP para proteção do Consumidor; Os efeitos das Súmulas , das Teses de Recurso Repetitivo e Repercussão Geral na Defesa do Consumidor.

CRIME, SOCIEDADE E VITIMOLOGIA – ANÁLISE PRÁTICA DE CASOS REAIS

A Disciplina Optativa: Crime, Sociedade e Vitimologia – Análise Prática de Casos Reais, visa proporcionar aos Alunos uma visão preliminar do fenômeno criminal na sociedade brasileira. O programa combina o estudo prático e didático sobre criminologia, política criminal, vitimologia e noções básicas de direito penal, pautados em um mínimo de elementos teóricos e inúmeros recursos instrumentais na análise de problemas reais. O objetivo é iniciar o contato do corpo discente com as diferentes explicações propostas para o fenômeno criminal na sociedade brasileira. Serão debatidos os conflitos envolvendo os interesses na aplicação do direito material e a proteção dos direitos do(a) Acusado(a) e da vítima, sendo que a reflexão acerca da solução dos mesmos será alcançada a partir de debates sobre situações concretas que tiveram grande repercussão e que estão em trâmite no expediente forense. Haverá estímulo do debate acerca dos diversos problemas sociais e às políticas públicas adotadas para a gestão desses problemas. Do ponto de vista prático, espera-se que, ao final do curso, o corpo discente seja capaz de manejar diferentes modelos técnicos de explicações do crime e de sua repercussão social e jurídica. O estudo prático e analítico será realizado como forma de conduzir o(a) Estudante, futuro profissional do direito, a ter maior discernimento frente a situações específicas que lhes serão apresentadas. Os estudos preliminares dos métodos e técnicas jurídicas, são imprescindíveis para tornar mais especializada a atuação profissional, no ramo do Direito Penal e Processual Penal.

CRIMES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

Nesta disciplina optativa, o aluno será motivado por meio da prática real forense a acompanhar as situações enfrentadas no dia a dia do Advogado, do Promotor de Justiça e do Juiz de Direito, que o desafiam à proposição de soluções e à redação dos documentos (petições) adequados a cada



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Faculdade de Direito

PUC-SP

caso concreto. Conforme possibilidade o aluno participará também de visitas monitoradas às delegacias de polícias especializadas em violência doméstica, audiências em Juízo Criminal da Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a mulher, fazendo com que tenha a vivência e adquira experiência nas lides do mundo real forense na área do Direito Penal.

CRIMINALÍSTICA I

Criminalística, no conceito do eminente Professor José Lopes Zarzuela é o conjunto de conhecimentos técnicos, científicos, artísticos, etc. destinados à apreciação, interpretação e descrição dos elementos sensíveis encontrados no local do fato, no instrumento do crime, no material de exame, de modo a relacionar a(s) pessoa(s) envolvida(s) no evento às circunstâncias que deram margem à ocorrência de provável ou evidente interesse judiciário". Sendo a mais ampla e abrangente das ciências forenses, a Criminalística encontra-se presente em quase todos os ramos do Direito e seus princípios se manifestam desde a assessoria técnico-legislativa prestada por peritos das mais diversas áreas funcionando como verdadeira interface entre os profissionais que atuam nas carreiras jurídicas e os técnicos e profissionais de todas as demais ciências exatas e biológicas, particularmente nos casos em que a questão em debate não é jurídica, mas técnica.

CRIMINOLOGIA I

O conteúdo previsto abrange aspectos essenciais que delimitam o campo de estudo da Criminologia e oferecem visão aprofundada das primeiras elaborações teóricas, muitas das quais com ressonância no pensamento criminológico contemporâneo, incluindo a análise dos postulados das principais escolas criminológicas, bem como as perenes explicações etiológicas de natureza individual. Complementa esse conteúdo um estudo da Vitimologia (seja como subárea das observações criminológicas, quer como ramo científico independente).

DEFESA DA CONCORRÊNCIA - PRINCÍPIOS, CONCEITOS E ESTRUTURA

Introdução sobre os aspectos da Defesa da Concorrência: Quadro econômico recente; Quadro normativo recente; Fundamentos Constitucionais; Ordem econômica constitucional, Ordem econômica e seus princípios. Principais previsões da Lei nº 12.529/11. Infrações contra a ordem



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Faculdade de Direito

econômica: cartel, venda casada, cláusula de exclusividade. Penalidades. Atos de Concentração e Gun Jumping. Remédios. Ações de Reparação de Danos.

DIREITO AMBIENTAL EM EVOLUÇÃO: TEORIA E PRÁTICA DA RESPONSABILIDADE PELOS DANOS À GESTÃO DE RISCOS AMBIENTAIS. A PAUTA DOS ODS, AMAZÔNIA E BEM-ESTAR ANIMAL.

O Direito Ambiental cresce em importância nos tempos atuais ao mesmo tempo em que as questões ambientais se tornam mais complexas e desafiadoras. O objetivo da disciplina é abordar a proteção jurídica do meio ambiente, com vistas a assegurar a sadia qualidade de vida e o desenvolvimento sustentável, com inclusão social, nos moldes dos ODS. Serão estudados os diversos tipos de poluição, o sistema de responsabilidade, os instrumentos jurídicos, econômicos e de gestão; os desafios para a promoção do desenvolvimento sustentável na Amazônia Legal; os desastres ambientais; o direito animal e as práticas de crueldade; as técnicas e práticas no manejo das ações ambientais.

DIREITO CONSTITUCIONAL ELEITORAL

Regime político democrático. Democracia na Constituição de 1988. Os direitos políticos na Cf de 1988. Sistemas eleitorais. Justiça eleitoral: estrutura e funções. O Direito eleitoral brasileiro. O processo eleitoral; Jurisprudência em matéria eleitoral.

DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL

Fundamentos do Direito Notarial e Registral. Legislação pertinente. A natureza jurídica do Direito Notarial e Registral (público ou privado) e o relacionamento com outros ramos do Direito. Órgãos estatais de controle e fiscalização. A atividade notarial e registral e suas especialidades. Princípios gerais da atividade. Ingresso, atividades, responsabilidade administrativa, civil e penal de notários e registradores, direitos e deveres. Os emolumentos e o regime financeiro das serventias extrajudiciais.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Faculdade de Direito

DIREITO PREVIDENCIÁRIO ESPECIAL

Direito previdenciário especial. Previdência complementar e regime próprio dos servidores públicos.

DIREITOS HUMANOS E SISTEMA ECONÔMICO CAPITALISTA NA ERA DIGITAL

Sistema capitalista globalizado, sociedade da informação e a proteção dos direitos humanos. O neoliberalismo e os riscos à dignidade da pessoa humana orgânica na era digital. A sociedade de consumo e a transformação das pessoas em mercadorias. A disciplina trata da proteção e da garantia dos direitos humanos face à globalização econômica na era digital. O século XXI globalizou a informação e os valores neoliberais. Nossa sociedade do espetáculo transformou a vida privada numa mercadoria. Intolerância, desigualdade e os novos desafios do direito na sociedade do espetáculo.

ELEMENTOS TÉCNICOS RELEVANTES PARA NEGOCIAÇÃO

Os estudantes de direito passam os anos de graduação decorando e aprendendo a aplicar regras, dispositivos legais, a casos concretos, inclusive quando se submetem a exame da Ordem dos Advogados ou concursos públicos. Todavia, a prática da advocacia não se resume exclusivamente na aplicação da lei, mas na busca de equilíbrio em conflitos em constante processo de negociação para um bom resultado no conflito que se estabeleceu. Em muitas situações nem sempre a lei resolve o conflito ou a decisão judicial é capaz de pacificar conflitos. Desta forma, o curso pretende instrumentalizar os estudantes, utilizando-se como didática do método participativo, mediante estudo de casos práticos, dos elementos fundamentais das técnicas de negociação.

EMPRESAS INTERNACIONAIS E DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

Esta disciplina tem por objetivo trazer a pauta do Social da sigla ESG (Environmental, Social, Governance) para tanto serão estudados os documentos internacionais desta área, como as diretrizes da OCDE, Declaração Tripartite da OIT e Princípios Orientadores das Nações Unidas. Em seguida discutiremos a proposta de tratado internacional sobre o tema, o emprego da due diligence, além de investigarmos os casos paradigmáticos sobre Empresas e danos causados aos Direitos Humanos Internacionais, ligados as diversas áreas área de atuação Internacional, proporcionando aos alunos, maior interação com um assunto prático e atual, o qual pode exercer



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Faculdade de Direito

diferença no mercado de trabalho futuro. O tema apresentado foi no ano de 2020, o segundo mais trabalhado nas Nações Unidas.

ESTUDO DE CASOS EM DIREITO EMPRESARIAL

Principais aspectos econômicos em face da Constituição Federal. Noções básicas de economia relacionadas com o Direito. A regulamentação da atividade econômica e a participação do Estado no domínio econômico. A evolução da economia, dos seus conceitos e sua aplicação, através de estudo dos grandes marcos do pensamento econômico do passado até a atualidade, sempre relacionado com aspectos jurídicos a partir da Constituição Federal.

EXECUÇÕES PENAIS I

Partindo do estudo das finalidades da pena em cotejo com os objetivos expressos da lei de execução penal, o curso permitirá ao aluno o exame crítico das compatibilidades entre os discursos do direito penal e do direito processual penal com o momento culminante da efetivação da pena imposta. Tendo como premissa os princípios constitucionais referentes à execução da pena, será, ainda, feita a análise dos dispositivos legais e da evolução jurisprudencial, permitindo ao aluno a reflexão sobre a necessidade de alterações legislativas e a maximização dos mandamentos constitucionais na execução penal. O curso parte da teoria da sanção penal, alcançando os vários princípios da execução penal. Sob o prisma técnico, são debatidos pontos polêmicos sobre o início da execução penal e, em seguida, são analisados os.....

INTERESSES DIREITOS DIFUSOS E ESPORTE 1

O Esporte e a Constituição Federal, o Esporte como Direito Fundamental, o Esporte como interesse Difusos, Sistema Nacional do Esporte, Sistema Internacional do Esporte, Justiça Desportiva, O Sistema Arbitral no Esporte, Lei 9615/98 – Lei Geral do Esporte, Contrato Especial de Trabalho do Atleta Profissional – especificidades, Estatuto do Torcedor – Lei no. 10.671/2003.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Faculdade de Direito

INTERPRETAÇÃO DO DIREITO SOCIAL À LUZ DAS DECISÕES DOS TRIBUNAIS

Esta disciplina visa a partir das técnicas de interpretação disponibilizadas interpretar os Direitos Sociais e Garantias Individuais. Analisando os critérios e metodologias aplicáveis. A interpretação e o contexto econômico (Ordem econômica x ordem social). Estudo do princípio do retrocesso social e a dimensão da proibição do retrocesso social; Análise do valor do trabalho assegurado constitucionalmente em face da permanência de atividade pelo aposentado de forma especial por estar sujeito a agentes nocivos. Do valor do trabalho x permanência de atividade pelo aposentado. Estudo da sociedade moderna e os novos riscos. Revolução 4.0 e o impacto nos sistemas protetivos sociais. Estudo do mínimo social e a efetivação da proteção assistencial. Linhas de pobreza. Matérias com repercussão geral reconhecida no STF. Matérias decididas pelo STJ como recurso repetitivo. Excelente matéria para desenvolvimento das técnicas interpretativas tão necessárias para o exame de ordem para a atuação profissional.

JURISPRUDÊNCIA CONSTITUCIONAL E APLICAÇÃO DAS CONVENÇÕES INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS

Constitucionalismo e Internacionalismo. O Supremo Tribunal Federal. A Corte Interamericana de Direitos Humanos. Supremacia constitucional. A cláusula de abertura. Controle de constitucionalidade. Controle de Convencionalidade. A jurisprudência do STF e a CIDH, análise comparativa. O diálogo jurisprudencial e os conflitos normativos. Solução de antinomias.

LEIS PENAS ESPECIAIS

Análise do princípio da codificação e os desdobramentos decorrentes de sua não adoção. Mandados de criminalização; Crimes eleitorais; crimes previstos na lei de drogas; crimes decorrentes do preconceito de raça, cor, etnia, religião e origem; crimes ambientais; lavagem de dinheiro; crimes hediondos e crimes previstos no Código de Trânsito brasileiro.

MEDICINA LEGAL I

Segundo Flamínio Fávero, a Medicina Legal é a ciência que utiliza os conhecimentos da Medicina e ciências afins para a criação, a aplicação e a interpretação de normas que deles necessitam. A



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Faculdade de Direito

Medicina Legal interessa, portanto, ao poder legislativo (assessoria parlamentar técnica médica), aos operadores do Direito (processo judicial) e à administrações pública e privada (atestados médicos, exames admissionais etc). Na atividade judiciária, a Medicina Legal ser chamada a intervir não só em processo penal, mas também em todos os demais ramos das ciências jurídicas, fato que justifica o ensino da Disciplina em Faculdade de Direito.

METODOLOGIA DE PESQUISA JURIMÉTRICA

A jurimetria desenvolve meios de interpretação da ordem jurídica com a união da ciência de dados e do direito. Esta eletiva tem por objetivo apresentar ao aluno o universo da metodologia de pesquisa jurimétrica, por meio da extração, análise e compreensão dos dados gerados em processos e decisões judiciais. Será ensinado ao aluno o caminho de realização de pesquisas empíricas por meio de casos práticos e situações modelo.

O CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PELOS TRIBUNAIS DE CONTAS E PELO PODER LEGISLATIVO

Controle pelos tribunais de contas: fiscalização de ofício e mediante representação controle preventivo e repressivo. Competências opinativas e auxiliares ao poder legislativo. Parecer prévio de contas de governo. Vinculação (ou não) de relatórios de análise de contas. Repercussões. Competências decisórias e matérias sujeitas a julgamento. Julgamento de contas de gestão. Atos sujeitos a registro. Exame de editais de licitações e procedimentos licitatórios. Acompanhamento de execução contratual. Procedimentos tomada de contas especial. Competência sancionatória. Sanções. Medidas de natureza cautelar. Ii. Controle pelo poder legislativo: julgamento de contas anuais a partir de relatório oriundo dos tribunais de contas. Consequências eleitorais (lc 64/90). Aspectos materiais e procedimentais. Sustação de atos normativos. Sustação de contratos. Convocações. Comissões parlamentares de inquérito. Crime de responsabilidade e impeachment (cr, art. 85 e lei 1.079/50). Aspectos materiais e procedimentais. Cassação de mandato por infrações político-administrativas (decreto-lei 201/67). Aspectos materiais e procedimentais.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Faculdade de Direito

O DIREITO ADMINISTRATIVO NA ERA DIGITAL

O contexto atual tem ampliado substancialmente o mundo virtual o que gerou o surgimento de novos termos e institutos. com esta disciplina se pretende estudar a LGPD e LAI. Direito Administrativo e Inteligência Artificial. Regulação de novas tecnologias (Uber, PIX, Whatsapp, Twitter). Smart cities. Uso de algoritmos na função administrativa. E-marketplace para contratações públicas. Visual Law e o direito administrativo. Blockchain e criptomoedas.

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

Estudo das categorias jurídicas fundamentais utilizadas para elaboração e análise crítica de planejamentos tributários, envolvendo as várias espécies tributárias. Evasão e elisão fiscal. As diversas formas de planejamentos tributários ; a interpretação conferida pela doutrina e pela jurisprudência às formas de planejamento usualmente praticas e a responsabilidade das pessoas envolvidas no planejamento.

PODER PÚBLICO EM JUÍZO

O “direito processual público” como método de estudo e aprendizagem do direito processual civil aplicado aos conflitos emergentes do direito (material) público. A discussão sobre a existência de prerrogativas ou privilégios do poder público em juízo. Análise do modelo constitucional do direito processual civil e do Código de Código de Processo Civil 2015 a respeito do assunto. A legislação processual extravagante. Técnicas de controle jurisdicional do ato estatal.

PROCESSO PENAL CONSENSUAL (TRANSAÇÃO, ACORDOS DE NÃO-PERSECUÇÃO PENAL E OUTRAS MEDIDAS CONSENSUAIS NO PROCESSO PENAL)

Vivemos há vários anos uma verdadeira crise na Justiça Criminal, que só tende a se agravar, pois as soluções que têm sido buscadas não se mostram amplas, eficientes ou adequadas. A ciência jurídica processual está em constante evolução e cada vez mais se preocupa com a sedimentação de seus princípios e regras fundamentais, buscando novos rumos e a efetividade do processo. No entanto, há um notório descompasso entre o excesso de teorização do direito processual e sua eficiência prática, como se o processo pudesse ser tomado puramente num tom fenomênico,



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Faculdade de Direito

PUC-SP

dissociado da realidade vivida. Há uma tendência mundial na busca do “processo de resultados”, que tem por escopo: (a) solução ágil e eficiente dos litígios; (b) a desburocratização da Justiça e uma maior aproximação desta ao seu “consumidor”; (c) permitir que o magistrado e o órgão do Ministério Público, mais do que solucionadores de controvérsias, sejam autênticos mediadores de conflitos. Nesse contexto é que se insere o processo penal consensual nas suas multifacetárias manifestações.

PROCESSO PENAL, CRIMINALIDADE ECONÔMICA E TRANSNACIONAL

A criminalidade econômica e transnacional são alguns dos maiores problemas da sociedade globalizada, da sociedade da informação, da sociedade das comunidades e uniões internacionais. Reafirmando o embasamento constitucional do Direito Processual Penal, existe a necessidade de consolidar noções e princípios fundamentais, bem como estudar leis processuais penais extravagantes com as alterações ocorridas, em busca de alternativas viáveis e efetivas à garantia de direitos fundamentais e ao combate à criminalidade econômica e transnacional. A doutrina contemporânea, nacional e estrangeira, bem como as tendências jurisprudências são analisadas nesse módulo, incluindo os Mecanismos Extraordinários de Investigação Criminal. Agente Infiltrado. Ações Controladas. Acesso a Dados, Documentos e Informações Fiscais, Bancárias e Financeiras. Interceptação Ambiental. Convenção de Palermo e sua aplicação no Ordenamento Jurídico Nacional.

REGRAMENTO E DESAFIOS DA EXECUÇÃO TRABALHISTA

A disciplina tem por objetivo o estudo dos fundamentos da execução trabalhista e de todo o regramento sobre a mesma, em especial a análise das questões derivadas da utilização subsidiária e supletiva do CPC e da lei dos executivos fiscais e das dificuldades práticas decorrentes disso. Visa, ainda, uma análise sobre os desafios enfrentados e a busca de soluções para os problemas práticos verificados nos processos trabalhistas.

TEMAS DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

Por meio desta optativa, o aluno terá a oportunidade de se aprofundar nos principais temas envolvendo os Direitos da Propriedade Industrial, a saber: Marcas, Patentes, Desenho Industrial,



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Faculdade de Direito

Indicação Geográfica e Concorrência Desleal. A disciplina também abordará as questões de exploração comercial da Propriedade Industrial, bem como aspectos administrativos, contratuais e litigiosos.

TEMAS POLÊMICOS DE DIREITO DE FAMÍLIA

O programa do curso se dedicará ao estudo das profundas e notáveis transformações do direito de família, nos últimos anos, em decorrência das modificações nas relações familiares e as polêmicas surgidas a partir dessas mesmas transformações, à luz do princípio da dignidade humana e da afetividade como valor jurídico, revelando, outrossim, a dotação multidisciplinar interna e externa dos temas abordados.

TRIBUTAÇÃO E TECNOLOGIA

A Era Pós-Digital, momento em que a sociedade se encontra, é a realidade na qual a tecnologia está presente e já foi integrada em todos os processos cotidianos. Essa mudança da realidade rompeu com conceitos e paradigmas até então consagrados nos variados ramos da ciência, dentre as quais a ciência do Direito. Este novo tempo impõe verdadeiro desafio para os operadores do Direito, especialmente com relação à tributação das novas atividades.

TUTELA JURISDICIONAL DIFERENCIADA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Capacitar o aluno a atuar em processos individuais coletivos, administrativos e como ações de promoção e prevenção envolvendo interesses de crianças e adolescente, seja perante as Varas da Infância e Juventude, outras varas não especializadas, instâncias superiores, órgãos públicos ou entidades privadas. A tutela jurisdicional diferenciada e sistema de articulação de políticas públicas da criança e do adolescente decorre diretamente da doutrina da proteção integral e seus princípios, em especial do mandamento constitucional da prioridade absoluta (art. 227, CF) impondo celeridade sem prescindir do devido processo legal, cujo mote é a efetivação dos direitos fundamentais da população infanto-juvenil por meio do acesso à justiça e políticas públicas (Agenda 2030 -ODS). Dever da família, do Estado e da Sociedade em promover a Convivência Comunitária e Familiar digna e sadia de crianças e adolescente: alienação parental, obrigação de



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Faculdade de Direito

vacinar os filhos, lei da palmada, maus-tratos, exploração sexual, bullying, piores formas de trabalho, internet/redes sociais/LGPD, diversões/lazer.

NOTURNO

ATUALIDADES EM DIREITO INTERNACIONAL

“ATUALIDADES EM DIREITO INTERNACIONAL” tem por objetivo o estudo do Direito Internacional Público e Privado na contemporaneidade, sob as perspectivas teórica e prática, desde as múltiplas relações entre Estados, incluindo temas como guerra, terrorismo, globalização, proteção da pessoa humana e do meio ambiente, até questões práticas envolvendo o conflito de leis no espaço, a arbitragem e os contratos internacionais. Para tanto, serão oferecidas ferramentas teóricas para a compreensão dos institutos e temas estudados, além de sua abordagem prática, com a análise do funcionamento de Cortes Internacionais, como TPI, CIJ, Corte IDH e Corte Europeia de Direitos Humanos, e Cortes e Tribunais Arbitrais, entre outros.

COMBATE À IMPROBIDADE E À CORRUPÇÃO, NO CONTEXTO DO DIREITO BRASILEIRO

com esta disciplina se pretende estudar a proteção jurídica da probidade dentro e fora da Administração Pública. RESPONSABILIZAÇÕES DAS LEIS 8.429/92 (LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA), 12.846/13 (LEI ANTICORRUPÇÃO), e 14.133 (LEI GERAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS).

CONTRATOS - TECNOLOGIA E LGPD - RESPONSABILIDADE

A matéria ofertada versa sobre: Contexto social e global; Direito do Consumidor e proteção contratual; Contratos Regulados e contratos eletrônicos; Responsabilidade Civil nas relações de consumo ; Direito do Consumidor na Lei Geral de Proteção de Dados; Regime jurídico da Oferta e da Publicidade e a defesa do consumidor; Redes Sociais como meio de difusão de publicidade; Práticas Abusivas ; Inteligência Artificial – Uso indiscriminado – transparência em rede – direitos do consumidor e responsabilidade do fornecedor na utilização da inteligência artificial; Atuação de entidades Civas para Proteção do Consumidor; Atuação do MP para proteção do Consumidor;



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Faculdade de Direito

Os efeitos das Súmulas , das Teses de Recurso Repetitivo e Repercussão Geral na Defesa do Consumidor.

CRIME, SOCIEDADE E VITIMOLOGIA – ANÁLISE PRÁTICA DE CASOS REAIS

A Disciplina Optativa: Crime, Sociedade e Vitimologia – Análise Prática de Casos Reais, visa proporcionar aos Alunos uma visão preliminar do fenômeno criminal na sociedade brasileira. O programa combina o estudo prático e didático sobre criminologia, política criminal, vitimologia e noções básicas de direito penal, pautados em um mínimo de elementos teóricos e inúmeros recursos instrumentais na análise de problemas reais. O objetivo é iniciar o contato do corpo discente com as diferentes explicações propostas para o fenômeno criminal na sociedade brasileira. Serão debatidos os conflitos envolvendo os interesses na aplicação do direito material e a proteção dos direitos do(a) Acusado(a) e da vítima, sendo que a reflexão acerca da solução dos mesmos será alcançada a partir de debates sobre situações concretas que tiveram grande repercussão e que estão em trâmite no expediente forense. Haverá estímulo do debate acerca dos diversos problemas sociais e às políticas públicas adotadas para a gestão desses problemas. Do ponto de vista prático, espera-se que, ao final do curso, o corpo discente seja capaz de manejar diferentes modelos técnicos de explicações do crime e de sua repercussão social e jurídica. O estudo prático e analítico será realizado como forma de conduzir o(a) Estudante, futuro profissional do direito, a ter maior discernimento frente a situações específicas que lhes serão apresentadas. Os estudos preliminares dos métodos e técnicas jurídicas, são imprescindíveis para tornar mais especializada a atuação profissional, no ramo do Direito Penal e Processual Penal.

CRIMES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

Nesta disciplina optativa, o aluno será motivado por meio da prática real forense a acompanhar as situações enfrentadas no dia a dia do Advogado, do Promotor de Justiça e do Juiz de Direito, que o desafiam à proposição de soluções e à redação dos documentos (petições) adequados a cada caso concreto. Conforme possibilidade o aluno participará também de visitas monitoradas às delegacias de polícias especializadas em violência doméstica, audiências em Juízo Criminal da Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a mulher, fazendo com que tenha a vivência e adquira experiência nas lides do mundo real forense na área do Direito Penal.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Faculdade de Direito

CRIMINALÍSTICA I

Criminalística, no conceito do eminente Professor José Lopes Zarzuela é o conjunto de conhecimentos técnicos, científicos, artísticos, etc. destinados à apreciação, interpretação e descrição dos elementos sensíveis encontrados no local do fato, no instrumento do crime, no material de exame, de modo a relacionar a(s) pessoa(s) envolvida(s) no evento às circunstâncias que deram margem à ocorrência de provável ou evidente interesse judiciário". Sendo a mais ampla e abrangente das ciências forenses, a Criminalística encontra-se presente em quase todos os ramos do Direito e seus princípios se manifestam desde a assessoria técnico-legislativa prestada por peritos das mais diversas áreas funcionando como verdadeira interface entre os profissionais que atuam nas carreiras jurídicas e os técnicos e profissionais de todas as demais ciências exatas e biológicas, particularmente nos casos em que a questão em debate não é jurídica, mas técnica.

CRIMINOLOGIA I

O conteúdo previsto abrange aspectos essenciais que delimitam o campo de estudo da Criminologia e oferecem visão aprofundada das primeiras elaborações teóricas, muitas das quais com ressonância no pensamento criminológico contemporâneo, incluindo a análise dos postulados das principais escolas criminológicas, bem como as perenes explicações etiológicas de natureza individual. Complementa esse conteúdo um estudo da Vitimologia (seja como subárea das observações criminológicas, quer como ramo científico independente).

DEFESA DA CONCORRÊNCIA - PRINCÍPIOS, CONCEITOS E ESTRUTURA

Introdução sobre os aspectos da Defesa da Concorrência: Quadro econômico recente; Quadro normativo recente; Fundamentos Constitucionais; Ordem econômica constitucional, Ordem econômica e seus princípios. Principais previsões da Lei nº 12.529/11. Infrações contra a ordem econômica: cartel, venda casada, cláusula de exclusividade. Penalidades. Atos de Concentração e Gun Jumping. Remédios. Ações de Reparação de Danos.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Faculdade de Direito

PUC-SP

DIREITO AMBIENTAL EM EVOLUÇÃO: TEORIA E PRÁTICA DA RESPONSABILIDADE PELOS DANOS À GESTÃO DE RISCOS AMBIENTAIS. A PAUTA DOS ODS, AMAZÔNIA E BEM-ESTAR ANIMAL.

O Direito Ambiental cresce em importância nos tempos atuais ao mesmo tempo em que as questões ambientais se tornam mais complexas e desafiadoras. O objetivo da disciplina é abordar a proteção jurídica do meio ambiente, com vistas a assegurar a sadia qualidade de vida e o desenvolvimento sustentável, com inclusão social, nos moldes dos ODS. Serão estudados os diversos tipos de poluição, o sistema de responsabilidade, os instrumentos jurídicos, econômicos e de gestão; os desafios para a promoção do desenvolvimento sustentável na Amazônia Legal; os desastres ambientais; o direito animal e as práticas de crueldade; as técnicas e práticas no manejo das ações ambientais.

DIREITO CONSTITUCIONAL ELEITORAL

Regime político democrático. Democracia na Constituição de 1988. Os direitos políticos na Cf de 1988. Sistemas eleitorais. Justiça eleitoral: estrutura e funções. O Direito eleitoral brasileiro. O processo eleitoral; Jurisprudência em matéria eleitoral.

DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL

Fundamentos do Direito Notarial e Registral. Legislação pertinente. A natureza jurídica do Direito Notarial e Registral (público ou privado) e o relacionamento com outros ramos do Direito. Órgãos estatais de controle e fiscalização. A atividade notarial e registral e suas especialidades. Princípios gerais da atividade. Ingresso, atividades, responsabilidade administrativa, civil e penal de notários e registradores, direitos e deveres. Os emolumentos e o regime financeiro das serventias extrajudiciais.

ELEMENTOS TÉCNICOS RELEVANTES PARA NEGOCIAÇÃO

Os estudantes de direito passam os anos de graduação decorando e aprendendo a aplicar regras, dispositivos legais, a casos concretos, inclusive quando se submetem a exame da Ordem dos Advogados ou concursos públicos. Todavia, a prática da advocacia não se resume exclusivamente na aplicação da lei, mas na busca de equilíbrio em conflitos em constante processo de negociação para um bom resultado no conflito que se estabeleceu. Em muitas situações nem sempre a lei



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Faculdade de Direito

resolve o conflito ou a decisão judicial é capaz de pacificar conflitos. Desta forma, o curso pretende instrumentalizar os estudantes, utilizando-se como didática do método participativo, mediante estudo de casos práticos, dos elementos fundamentais das técnicas de negociação.

EXECUÇÕES PENAIS I

Partindo do estudo das finalidades da pena em cotejo com os objetivos expressos da lei de execução penal, o curso permitirá ao aluno o exame crítico das compatibilidades entre os discursos do direito penal e do direito processual penal com o momento culminante da efetivação da pena imposta. Tendo como premissa os princípios constitucionais referentes à execução da pena, será, ainda, feita a análise dos dispositivos legais e da evolução jurisprudencial, permitindo ao aluno a reflexão sobre a necessidade de alterações legislativas e a maximização dos mandamentos constitucionais na execução penal. O curso parte da teoria da sanção penal, alcançando os vários princípios da execução penal. Sob o prisma técnico, são debatidos pontos polêmicos sobre o início da execução penal e, em seguida, são analisados os.....

INTERESSES DIREITOS DIFUSOS E ESPORTE 1

O Esporte e a Constituição Federal, o Esporte como Direito Fundamental, o Esporte como interesse Difusos , Sistema Nacional do Esporte, Sistema Internacional do Esporte, Justiça Desportiva, O Sistema Arbitral no Esporte, Lei 9615/98 – Lei Geral do Esporte, Contrato Especial de Trabalho do Atleta Profissional – especificidades, Estatuto do Torcedor – Lei no. 10.671/2003.

JURISPRUDÊNCIA CONSTITUCIONAL E APLICAÇÃO DAS CONVENÇÕES INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS

Constitucionalismo e Internacionalismo. O Supremo Tribunal Federal. A Corte Interamericana de Direitos Humanos. Supremacia constitucional. A cláusula de abertura. Controle de constitucionalidade. Controle de Convencionalidade. A jurisprudência do STF e a CIDH, análise comparativa. O diálogo jurisprudencial e os conflitos normativos. Solução de antinomias.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Faculdade de Direito

PUC-SP

MEDICINA LEGAL I

Segundo Flamínio Fávero, a Medicina Legal é a ciência que utiliza os conhecimentos da Medicina e ciências afins para a criação, a aplicação e a interpretação de normas que deles necessitam. A Medicina Legal interessa, portanto, ao poder legislativo (assessoria parlamentar técnica médica), aos operadores do Direito (processo judicial) e à administrações pública e privada (atestados médicos, exames admissionais etc). Na atividade judiciária, a Medicina Legal ser chamada a intervir não só em processo penal, mas também em todos os demais ramos das ciências jurídicas, fato que justifica o ensino da Disciplina em Faculdade de Direito.

METODOLOGIA DE PESQUISA JURIMÉTRICA

A jurimetria desenvolve meios de interpretação da ordem jurídica com a união da ciência de dados e do direito. Esta eletiva tem por objetivo apresentar ao aluno o universo da metodologia de pesquisa jurimétrica, por meio da extração, análise e compreensão dos dados gerados em processos e decisões judiciais. Será ensinado ao aluno o caminho de realização de pesquisas empíricas por meio de casos práticos e situações modelo.

O CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PELOS TRIBUNAIS DE CONTAS E PELO PODER LEGISLATIVO

Controle pelos tribunais de contas: fiscalização de ofício e mediante representação controle preventivo e repressivo. Competências opinativas e auxiliares ao poder legislativo. Parecer prévio de contas de governo. Vinculação (ou não) de relatórios de análise de contas. Repercussões. Competências decisórias e matérias sujeitas a julgamento. Julgamento de contas de gestão. Atos sujeitos a registro. Exame de editais de licitações e procedimentos licitatórios. Acompanhamento de execução contratual. Procedimentos tomada de contas especial. Competência sancionatória. Sanções. Medidas de natureza cautelar. Ii. Controle pelo poder legislativo: julgamento de contas anuais a partir de relatório oriundo dos tribunais de contas. Consequências eleitorais (lc 64/90). Aspectos materiais e procedimentais. Sustação de atos normativos. Sustação de contratos. Convocações. Comissões parlamentares de inquérito. Crime de responsabilidade e impeachment (cr, art. 85 e lei 1.079/50). Aspectos materiais e procedimentais. Cassação de mandato por infrações político-administrativas (decreto-lei 201/67). Aspectos materiais e procedimentais.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Faculdade de Direito

PUC-SP

O DIREITO ADMINISTRATIVO NA ERA DIGITAL

O contexto atual tem ampliado substancialmente o mundo virtual o que gerou o surgimento de novos termos e institutos. com esta disciplina se pretende estudar a LGPD e LAI. Direito Administrativo e Inteligência Artificial. Regulação de novas tecnologias (Uber, PIX, Whatsapp, Twitter). Smart cities. Uso de algoritmos na função administrativa. E-marketplace para contratações públicas. Visual Law e o direito administrativo. Blockchain e criptomoedas.

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

Estudo das categorias jurídicas fundamentais utilizadas para elaboração e análise crítica de planejamentos tributários, envolvendo as várias espécies tributárias. Evasão e elisão fiscal. As diversas formas de planejamentos tributários ; a interpretação conferida pela doutrina e pela jurisprudência às formas de planejamento usualmente praticas e a responsabilidade das pessoas envolvidas no planejamento.

PROCESSO PENAL CONSENSUAL (TRANSAÇÃO, ACORDOS DE NÃO-PERSECUÇÃO PENAL E OUTRAS MEDIDAS CONSENSUAIS NO PROCESSO PENAL)

Vivemos há vários anos uma verdadeira crise na Justiça Criminal, que só tende a se agravar, pois as soluções que têm sido buscadas não se mostram amplas, eficientes ou adequadas. A ciência jurídica processual está em constante evolução e cada vez mais se preocupa com a sedimentação de seus princípios e regras fundamentais, buscando novos rumos e a efetividade do processo. No entanto, há um notório descompasso entre o excesso de teorização do direito processual e sua eficiência prática, como se o processo pudesse ser tomado puramente num tom fenomênico, dissociado da realidade vivida. Há uma tendência mundial na busca do “processo de resultados”, que tem por escopo: (a) solução ágil e eficiente dos litígios; (b) a desburocratização da Justiça e uma maior aproximação desta ao seu “consumidor”; (c) permitir que o magistrado e o órgão do Ministério Público, mais do que solucionadores de controvérsias, sejam autênticos mediadores de



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Faculdade de Direito

conflitos. Nesse contexto é que se insere o processo penal consensual nas suas multifacetárias manifestações.

REGRAMENTO E DESAFIOS DA EXECUÇÃO TRABALHISTA

A disciplina tem por objetivo o estudo dos fundamentos da execução trabalhista e de todo o regramento sobre a mesma, em especial a análise das questões derivadas da utilização subsidiária e supletiva do CPC e da lei dos executivos fiscais e das dificuldades práticas decorrentes disso. Visa, ainda, uma análise sobre os desafios enfrentados e a busca de soluções para os problemas práticos verificados nos processos trabalhistas.

TUTELA JURISDICIONAL DIFERENCIADA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Capacitar o aluno a atuar em processos individuais coletivos, administrativos e como ações de promoção e prevenção envolvendo interesses de crianças e adolescente, seja perante as Varas da Infância e Juventude, outras varas não especializadas, instâncias superiores, órgãos públicos ou entidades privadas. A tutela jurisdicional diferenciada e sistema de articulação de políticas públicas da criança e do adolescente decorre diretamente da doutrina da proteção integral e seus princípios, em especial do mandamento constitucional da prioridade absoluta (art. 227, CF) impondo celeridade sem prescindir do devido processo legal, cujo mote é a efetivação dos direitos fundamentais da população infanto-juvenil por meio do acesso à justiça e políticas públicas (Agenda 2030 -ODS). Dever da família, do Estado e da Sociedade em promover a Convivência Comunitária e Familiar digna e sadia de crianças e adolescente: alienação parental, obrigação de vacinar os filhos, lei da palmada, maus-tratos, exploração sexual, bullying, piores formas de trabalho, internet/redes sociais/LGPD, diversões/lazer.